



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2016, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Banco Bradesco S.A.

No segmento veículos, é especializado em oferecer aos clientes e não clientes do Banco Bradesco S.A. linhas de financiamento e de arrendamento de veículos, com soluções de CDC e *leasing*, com recursos próprios ou de repasses. Os serviços são oferecidos em sua extensa rede de conveniados formada por revendas e concessionárias de motos, veículos leves e de transporte, totalizando 11.422 parceiros comerciais ativos em todo o País.

No segmento de empréstimos consignados, atua na concessão de empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS, empréstimos com desconto em folha de pagamento para funcionários de empresas do setor público federal, estadual e municipal, por meio de 936 Correspondentes, atua em todos os estados brasileiros na captação de clientes.

No 1º semestre de 2016, o lucro líquido foi de R\$ 288,4 milhões e o Patrimônio Líquido de R\$ 9.936 milhões.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 27 de julho de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE	27.607.154	29.014.805	CIRCULANTE	19.540.333	22.420.981
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	189	178	DEPÓSITOS (Nota 14a)	18.238.803	20.491.908
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	11.575.660	10.766.792	Depósitos Interfinanceiros	18.238.747	20.491.853
Aplicações no Mercado Aberto	178.031	262.736	Depósitos à Vista	56	55
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.397.629	10.504.056	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	50	188
TÍTULOS e VALORES MOBILIÁRIOS e INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	85.652	75.039	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	50	188
Carteira Própria	10.130	9.131	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	47.089	-
Vinculados à Prestação de Garantias	75.522	65.908	Recursos em Transito de Terceiros	47.089	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.018.952	874.315	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.254.391	1.928.885
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	16	21	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	11.009	14.379
Créditos Vinculados (Nota 7)	990.711	826.763	Sociais e Estatutárias	65.590	272.000
Correspondentes	28.225	47.531	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	332.536	440.090
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	13.756.493	15.621.455	Diversas (Nota 16b)	845.256	1.202.416
Operações de Crédito - Setor Privado	14.471.323	16.314.341			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(714.830)	(692.886)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	20.597.420	20.456.105
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(5.410)	(7.034)	DEPÓSITOS (Nota 14a)	19.263.393	19.164.218
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	15.297	20.028	Depósitos Interfinanceiros	19.263.393	19.164.218
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(15.082)	(19.948)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.334.027	1.291.887
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(5.625)	(7.114)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	1.091.184	1.038.413
OUTROS CRÉDITOS	826.461	1.136.692	Diversas (Nota 16b)	242.843	253.474
Rendas a Receber	32	26			
Diversos (Nota 9)	829.429	1.136.666	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	367.315	313.962
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	346.157	547.368	Receitas de Exercícios Futuros	367.315	313.962
Outros Valores e Bens	224.204	252.590			
Provisões para Desvalorizações	(119.798)	(140.286)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	9.936.189	9.887.926
Despesas Antecipadas	241.751	435.064	Capital:		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	22.073.958	23.006.947	- De Domiciliados no País	7.010.000	7.010.000
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	644.087	7.198	Reservas de Lucros	2.926.189	2.878.155
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	644.087	7.198	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(229)
TÍTULOS e VALORES MOBILIÁRIOS e INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	218	218			
Carteira Própria	218	218			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	15.973.223	17.990.482			
Operações de Crédito - Setor Privado	16.349.294	18.368.316			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(376.071)	(377.834)			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(1.065)	(1.607)			
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	9.024	11.150			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(8.650)	(10.015)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(1.439)	(2.742)			
OUTROS CRÉDITOS	5.122.329	4.398.124			
Diversos (Nota 9)	5.122.329	4.398.124			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	335.166	612.532			
Despesas Antecipadas	335.166	612.532			
PERMANENTE	760.145	1.057.222			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	377.992	424.930			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	374.450	421.417			
- No Exterior	385	356			
Outros Investimentos	12.769	12.769			
Provisões para Perdas	(9.612)	(9.612)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	9.348	6.674			
Outras Imobilizações de Uso	16.398	13.511			
Depreciações Acumuladas	(7.050)	(6.837)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8j)	341.731	594.899			
Bens Arrendados	445.801	851.596			
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação	(104.070)	(256.697)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	31.074	30.719			
Ativos Intangíveis	83.249	87.860			
Amortizações Acumuladas	(52.175)	(57.141)			
TOTAL	50.441.257	53.078.974	TOTAL	50.441.257	53.078.974

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.534.687	5.291.443
Operações de Crédito (Nota 8h)	3.589.926	3.877.416
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8h)	133.968	306.398
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6e)	749.912	1.063.145
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 7b)	60.881	44.484
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.811.065	2.821.170
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b)	2.337.696	2.211.815
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8h)	117.081	266.121
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 8f)	343.234	356.288
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.723.622	2.470.273
OUTRAS RECEITAS(DESPEAS) OPERACIONAIS	(1.119.912)	(1.462.051)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	81.976	89.418
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(131.233)	(147.936)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(275.434)	(286.170)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(104.761)	(135.633)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a)	(19.345)	(5.570)
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	214.770	183.563
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(885.885)	(1.159.723)
RESULTADO OPERACIONAL	603.710	1.008.222
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	(45.857)	(53.406)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	557.853	954.816
IMPOSTO DE RENDA e CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 26)	(269.425)	(299.092)
Provisão para Imposto de Renda	(249.643)	(295.158)
Provisão para Contribuição Social	(196.078)	(178.913)
Ativo Fiscal Diferido	176.296	174.979
LUCRO LÍQUIDO	288.428	655.724
Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730.835	24.730.835
Lucro por Ação de mil ações em R\$	11,66	26,51

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2014	22.010.000	573.361	1.868.070	(229)	-	24.451.202
Redução de Capital (Nota 17a)	(15.000.000)	-	-	-	-	(15.000.000)
Lucro Líquido	-	-	-	-	655.724	655.724
Destinações: - Reservas	-	32.786	403.938	-	(436.724)	-
- Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(219.000)	(219.000)
Saldos em 30.6.2015	7.010.000	606.147	2.272.008	(229)	-	9.887.926
Saldos em 31.12.2015	7.010.000	644.265	1.996.236	(229)	-	9.650.272
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	229	-	229
Lucro Líquido	-	-	-	-	288.428	288.428
Destinações: - Reservas	-	14.421	271.267	-	(285.688)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(2.740)	(2.740)
Saldos em 30.6.2016	7.010.000	658.686	2.267.503	-	-	9.936.189

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

f) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730.835	24.730.835
Lucro por lote de mil ações em R\$	11,66	26,51

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	557.853	954.816
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	356.288	343.234
Depreciações e Amortizações	38.780	54.322
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	136.025	159.342
Constituições de Provisões para Desvalorização de Bens não de Uso Próprio.....	39.416	54.998
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	19.345	5.570
Insuficiência de Depreciação	78.149	204.127
Provisão para Perdas com Prestamistas	155.059	192.459
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	1.380.915	1.968.868
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(3.293.413)	15.243.065
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(6.043)	23.505
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	18.952	(47.354)
Aumento/(Redução) em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil.....	(111.102)	(65.540)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil.....	1.620.090	1.914.586
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	106.490	119.906
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento.....	(10.778)	(16.524)
Aumento/(Redução) em Depósitos.....	877.331	(2.981.162)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(525.759)	(410.556)
Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	(19.813)	52.503
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(130.184)	(438.789)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(93.314)	15.362.508
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Alienação de Imobilizado de Uso	384	19
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(1.385)	(124)
Aquisição de Intangível.....	(7.329)	(6.540)
Dividendos Recebidos	57	42
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(8.273)	(6.603)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	(186.150)
Redução de Capital	-	(15.000.000)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	(15.186.150)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(101.587)	169.755
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	349.200	93.159
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	247.613	262.914
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(101.587)	169.755

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), é uma Instituição financeira que tem como objetivo social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas às instituições financeiras e inerentes às carteiras de banco comercial, de arrendamento mercantil e sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Bradesco Financiamentos é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de julho de 2016.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84, do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.062/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrua*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por no mínimo cinco anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizados de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% ao ano na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20% ao ano; móveis e utensílios, 10% ao ano; máquinas e equipamentos, 10% ao ano; e outros bens, 10% ao ano ou 20% ao ano.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento. (Nota 8)

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens II a IV acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o princípio da competência. Inclui comissões pagas, principalmente à revendedores e concessionárias de veículos e promotoras de venda terceirizadas, pela colocação de operações de crédito.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos do Banco ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

Em 2015 o Bradesco Financiamentos optou pela facultade prevista na Circular Bacen nº 3.738/14, para ativação das comissões pagas pela originação das operações de crédito aos correspondentes bancários, que deverá ser integralmente amortizada de forma linear, pelo prazo de 36 meses. Para a originação ocorrida no ano de 2015 serão ativadas 2/3 do valor dessas comissões, para 2016 a ativação será de 1/3 do valor das comissões e a partir de 2017, a remuneração mencionada será integralmente reconhecida como despesa.

Adicionalmente, os saldos registrados em 31 de dezembro de 2014 não foram impactados pelo disposto na referida Circular de reconhecimento imediato no resultado de saldos remanescentes em 1º de janeiro de 2015, uma vez que o diferimento de despesas ocorrerá normalmente de acordo com os prazos das operações.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano; e sistemas de transportes e processamento de dados - 20% a 50% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

ki) Intangível

Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por *software*, que estão registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *softwares* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

lj) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

continua...

...continuação



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, e a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Receitas de exercícios futuros

Representam os valores das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamentos aos quais se referem.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional.....	101	102
Aplicações em ouro.....	88	76
Total de disponibilidades (caixa).....	189	178
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1).....	247.424	262.736
Total caixa e equivalentes de caixa.....	247.613	262.914

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
					2016	2015
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
- Notas do tesouro nacional.....	178.031	-	-	-	178.031	262.736
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
- Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	146.609	10.750.970	500.050	644.087	12.041.716	10.511.254
Total em 2016.....	324.640	10.750.970	500.050	644.087	12.219.747	
%.....	2,6	88,0	4,1	5,3	100,0	
Total em 2015.....	267.525	10.472.724	26.543	7.198	10.773.990	
%.....	2,5	97,2	0,2	0,1	100,0	

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:		
- Rendas de aplicações em operações compromissadas - posição bancada.....	16.010	12.717
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros.....	728.597	1.045.999
Total (Nota 6e).....	744.607	1.058.716

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por emissor

Títulos	Em 30 de junho - R\$ mil								
	2016				2015				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos públicos.....	-	-	-	75.522	75.522	75.588	(66)	66.095	(21)
Letras financeiras do tesouro.....	-	-	-	75.522	75.522	75.588	(66)	66.095	(21)
Títulos privados.....	10.130	-	-	218	10.348	10.348	-	9.162	(382)
Cotas de fundos de investimentos renda fixa.....	10.130	-	-	-	10.130	10.130	-	8.944	-
Outros.....	-	-	-	218	218	218	-	218	(382)
Total em 2016.....	10.130	-	-	75.740	85.870	85.936	(66)	75.257	(403)
Total em 2015.....	8.944	2.832	-	63.481	-	-	-	75.257	(403)

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	2016					Em 30 de junho - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado	
										2016
Títulos para negociação (1).....	10.130	-	-	75.522	85.652	85.718	(66)	75.039	(21)	
Letras financeiras do tesouro.....	-	-	-	75.522	75.522	75.588	(66)	66.095	(21)	
Cotas de fundos de investimentos renda fixa.....	10.130	-	-	-	10.130	10.130	-	8.944	-	
Títulos disponíveis para venda (3).....	-	-	-	218	218	218	-	218	(382)	
Outros.....	-	-	-	218	218	218	-	218	(382)	
Total em 2016.....	10.130	-	-	75.740	85.870	85.936	(66)	75.257	(403)	
Total em 2015.....	8.944	2.832	-	63.481	-	-	-	75.257	(403)	

(1) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, não foram realizadas perdas por *impairment* para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda.

c) Composição das carteiras distribuídas pelas rubricas de publicação

Títulos	Em 30 de junho - R\$ mil				
	Até 30 dias	31 a 180 dias	Acima de 360 dias	2016	2015
Carteira própria.....	10.130	-	218	10.348	9.349
Títulos de renda fixa.....	10.130	-	218	10.348	9.349
Letras financeiras do tesouro.....	-	-	-	-	187
Cotas de fundos de investimento renda fixa.....	10.130	-	-	10.130	8.944
Outros.....	-	-	218	218	218
Títulos vinculados.....	-	-	75.522	75.522	65.908
A prestação de garantias.....	-	-	75.522	75.522	65.908
Letras financeiras do tesouro.....	-	-	75.522	75.522	65.908
Total em 2016.....	10.130	-	75.740	85.870	
Total em 2015.....	8.944	2.832	63.481		75.257

d) Instrumentos financeiros derivativos

O Bradesco Financiamentos não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015.

e) Resultado com títulos e valores mobiliários

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	744.607	1.058.716
Títulos de renda fixa.....	5.305	4.429
Total.....	749.912	1.063.145

7) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

a) Créditos vinculados

Em 30 de junho de 2016, o valor de R\$ 990.711 mil (2015 - R\$ 826.763 mil) refere-se ao Depósito Compulsório sobre Recursos a Prazo depositado no BACEN.

b) Resultado das aplicações compulsórias

A receita das aplicações compulsórias em 30 de junho de 2016 totalizou R\$ 60.881 mil (2015 - R\$ 44.484 mil) e está apresentada na Demonstração do Resultado em "Resultado das Aplicações Compulsórias".

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Em 30 de junho - R\$ mil									
	Curso normal					Total				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016	%	2015	%
Empréstimos e títulos descontados.....	514.987	507.362	496.606	1.403.397	2.429.523	9.146.696	14.498.571	51,2	15.663.145	48,6
Financiamentos.....	828.881	710.469	707.997	2.007.008	3.237.981	6.226.123	13.718.459	48,5	16.451.116	51,1
Subtotal.....	1.343.868	1.217.831	1.204.603	3.410.405	5.667.504	15.372.819	28.217.030	99,7	32.114.261	99,7
Operações de arrendamento mercantil.....	4.357	3.738	3.642	10.610	18.270	30.484	71.101	0,3	110.797	0,3
Total das operações de crédito.....	1.348.225	1.221.569	1.208.245	3.421.015	5.685.774	15.403.303	28.288.131	100,0	32.225.058	100,0
Avais e Fianças (1).....	-	-	-	-	-	2.549	2.549	-	2.397	-
Total em 2016.....	1.348.225	1.221.569	1.208.245	3.421.015	5.685.774	15.405.852	28.290.680	100,0		
Total em 2015.....	1.500.033	1.372.769	1.367.271	3.904.270	6.618.478	17.464.634			32.227.455	100,0

Operações de crédito	Em 30 de junho - R\$ mil									
	Curso anormal					Total				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	2016	%	2015	%	
Empréstimos e títulos descontados.....	23.860	18.838	13.763	25.901	18.175	100.537	20,9	104.998	23,5	
Financiamentos.....	101.977	84.712	50.730	81.952	57.945	377.316	78,4	337.981	75,6	
Subtotal.....	125.837	103.550	64.493	107.853	76.120	477.853	99,3	442.979	99,1	
Operações de arrendamento mercantil.....	595	478	343	661	1.508	3.585	0,7	4.134	0,9	
Subtotal.....	126.432	104.028	64.836	108.514	77.628	481.438	100,0	447.113	100,0	
Total em 2016.....	126.432	104.028	64.836	108.514	77.628	481.438	100,0			
Total em 2015.....	125.938	99.872	59.354	97.910	64.039			447.113	100,0	

Operações de crédito	Em 30 de junho - R\$ mil									
	Curso anormal					Total				
	Parcelas vencidas					Total geral				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016	%	2015	%
Empréstimos e títulos descontados.....	22.977	22.153	21.393	59.305	101.752	312.369	539.949	25,3	603.397	28,3
Financiamentos.....	100.985	90.580	89.506	248.549	392.059	664.106	1.585.785	74,4	1.522.020	71,2
Subtotal.....	123.962	112.733	110.899	307.854	493.811	976.475	2.125.734	99,7	2.125.417	99,5
Operações de arrendamento mercantil.....	513	455	440	1.057	1.862	2.153	6.480	0,3	11.521	0,5
Total das operações de crédito.....	124.475	113.188	111.339	308.911	495.673	978.628	2.132.214	100,0	2.136.938	100,0
Avais e fianças (1).....	-	-	-	-	-	-	2.549	-	2.549	-
Total em 2016.....	124.475	113.188	111.339	308.911	495.673	978.628	2.132.214	100,0		
Total em 2015.....	125.460	114.889	113.343	316.304	507.909	959.033	2.136.			

	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Operações de arrendamento mercantil	12.978.800	15.145.270	725.273	705.688	313.213	190.989	141.070	104.430	597.050	30.901.783	100,0	34.809.109
Total em 2016	12.978.800	15.145.270	725.273	705.688	313.213	190.989	141.070	104.430	597.050	30.901.783	100,0	34.809.109
%	42,0	49,0	2,4	2,3	1,0	0,6	0,5	0,3	1,9		100,0	
Total em 2015	73.076	32.023.507	813.236	676.430	293.265	175.384	126.384	99.133	528.694			34.809.109
%	0,2	92,0	2,4	1,9	0,8	0,5	0,4	0,3	1,5			100,0

c) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Provisão							
		Curso normal	Curso anormal	Total	%	Específica		2016		2015			
						Vencidas	Vincendas	Genérica	Excedente	Total	%	Total	%
AA	-	12.978.800	-	12.978.800	42,0	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	15.145.270	-	15.145.270	49,0	-	-	75.726	4.465	80.191	7,3	160.123	14,8
B	1,0	115.665	609.608	725.273	2,3	392	5.704	1.157	549	7.802	0,7	8.162	0,8
C	3,0	12.760	692.928	705.688	2,3	2.407	18.381	383	607	21.778	2,0	20.672	1,9
Subtotal		28.252.495	1.302.536	29.555.031	95,6	2.799	24.085	77.266	5.621	109.771	10,0	188.957	17,5
D	10,0	12.798	300.415	313.213	1,0	5.134	24.908	1.280	61.577	92.899	8,5	87.833	8,1
E	30,0	5.275	185.714	190.989	0,6	12.166	43.548	1.582	37.896	95.192	8,7	87.604	8,1
F	50,0	4.105	136.965	141.070	0,5	17.925	50.558	2.052	28.140	98.675	8,9	88.405	8,2
G	70,0	2.843	101.587	104.430	0,4	21.221	49.890	1.990	31.277	104.378	9,5	99.083	9,2
H	100,0	10.615	586.435	597.050	1,9	203.949	382.486	10.615	-	597.050	54,4	528.694	48,9
Subtotal		35.636	1.311.116	1.346.752	4,4	260.395	551.390	17.519	158.890	988.194	90,0	891.619	82,5
Total em 2016		28.288.131	2.613.652	30.901.783		263.194	575.475	94.785	164.511	1.097.965			
%		91,5	8,5	100,0		24,0	52,4	8,6	15,0		100,0	1.080.576	
Total em 2015		32.225.058	2.584.051	34.809.109		228.306	530.953	172.505	148.812				
%		92,6	7,4	100,0		21,1	49,1	16,0	13,8				100,0

d) Concentração das operações de crédito

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2016	%	2015	%
Maior devedor	11.403	-	6.892	-
Dez maiores devedores	45.679	0,1	40.549	0,1
Vinte maiores devedores	65.832	0,2	62.399	0,2
Cinquenta maiores devedores	111.452	0,4	103.341	0,3
Cem maiores devedores	160.201	0,5	150.621	0,4

e) Setor de atividade econômica

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2016	%	2015	%
Setor Privado	30.901.783	100,0	34.809.109	100,0
Indústria	105.214	0,3	153.436	0,4
Comércio	361.354	1,2	462.895	1,3
Intermediário financeiro	10	-	23	-
Serviços	585.517	1,9	735.302	2,1
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	19.148	0,1	23.425	0,1
Pessoas físicas	29.830.540	96,5	33.434.028	96,1
Total	30.901.783	100,0	34.809.109	100,0

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Saldo inicial	1.125.064	1.094.673
Constituição líquida de reversão	356.288	343.234
Baixas para prejuízo	(383.387)	(357.331)
Saldo final	1.097.965	1.080.576
- Provisão específica (1)	838.669	759.259
- Provisão genérica (2)	94.785	172.505
- Provisão excedente (3)	164.511	148.812
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4)	109.258	155.218

- (1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;
(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 8c); e
(4) Classificadas em receitas de operações de crédito.

g) Movimentação da carteira de renegociação

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Saldo Inicial	33.346	63.640
Renegociação	26.963	1.180
Recebimentos	(10.485)	(6.819)
Baixas	(2.365)	(15.284)
Saldo final	47.459	42.717
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	29.121	25.554
Percentual sobre a carteira de renegociação	61,4%	59,8%

h) Receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Empréstimos e títulos descontados	1.834.668	1.887.880
Financiamentos	1.646.000	1.834.318
Subtotal	3.480.668	3.722.198
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	109.258	155.218
Subtotal	3.589.926	3.877.416
Arrendamento mercantil, líquido de despesas	16.887	40.277
Total	3.606.813	3.917.693

i) Demonstrativo da composição da carteira de arrendamento, a valor presente, com os saldos contábeis

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Arrendamentos financeiros a receber	24.321	31.178
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(23.732)	(29.963)
Bens arrendados financeiros + perdas em arrendamentos (líquido)	445.801	851.596
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros, líquida de superveniência de depreciação	(104.070)	(256.697)
(-) Depreciações acumuladas	(364.758)	(734.936)
Superveniência de depreciação	260.688	478.239
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 16b)	(261.154)	(469.662)
Total do valor presente	81.166	126.452

j) Imobilizado de arrendamento

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Veículos e afins	445.303	850.715
Perdas em arrendamentos	498	881
Total de bens arrendados	445.801	851.596
Depreciação acumulada de bens arrendados	(364.758)	(734.936)
Superveniência de depreciação	260.688	478.239
Total da depreciação acumulada	(104.070)	(256.697)
Imobilizado de arrendamento	341.731	594.899

O Bradesco Financiamentos, para atender o regime de competência, constituiu no período insuficiência de depreciação no montante de R\$ 79.359 mil (2015 - R\$ 208.569 mil), registrada em imobilizado de arrendamento, e efetuou a realização de superveniência de R\$ 1.210 mil (2015 - R\$ 4.442 mil), classificada em bens não de uso próprio em decorrência da reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 78.149 mil (2015 - R\$ 204.127 mil) em resultado.

9) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Devedores por depósitos em garantia	2.802.239	2.531.283
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 26c)	2.334.092	2.074.084
Impostos e contribuições a compensar	564.327	448.968
Títulos e créditos a receber	142.566	39.081
Devedores diversos	70.328	354.029
Prêmio em operações de cessão de crédito (1)	20.044	54.025
Adiantamentos para pagamentos	14.196	29.389
Opções por incentivos fiscais	3.922	3.922
Outros	44	9
Total	5.951.758	5.534.790

(1) Prêmio pago na aquisição de operações de crédito consignado, que será apropriado pelos prazos dos contratos.

10) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Custo	Provisão para perdas	Custo líquido de provisão	
	2016	2015	2016	2015
Veículos e afins	221.350	(117.827)	103.523	111.419
Outros	2.854	(1.971)	883	885
Total em 2016	224.204	(119.798)	104.406	
Total em 2015	252.590	(140.286)		112.304

b) Despesas antecipadas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Comissões sobre empréstimos - consignados	404.859	761.054
Comissões sobre financiamento - veículos	129.546	126.758
Outras	42.512	69.784
Total	576.917	1.047.596

11) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital (%)	Lucro líquido/(prejuízo)	Resultado de equivalência patrimonial					
			Ações	Cotas			Valor contábil	2016	2015	2016	2015	
Ramo financeiro												
Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	28.200	52.868	-	28.200	99,999	1.744	52.868	49.321	1.744	1.629		
BMC Asset Management DTVM Ltda.	6.120	11.389	-	6.120	99,999	298	11.389	10.713	298	319		
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	15.200	30.372	127.700	-	100,000	929	30.372	28.444	929	795		
Banco Bradesco Europa S.A. (1)	861.350	1.419.985	1	-	0,027137	48.965	385	356	13	3		
Outras atividades												
BF Promotora de Vendas Ltda.	426.220	279.275	426.220	99,9999	(22.249)	279.275	332.304	(22.249)	(7.441)			
Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	3.450	146	13.824	-	100,000	2	146	235	2	(925)		
Outras participações	-	-	-	-	-	-	400	400	-	-		
Ganho/perda cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	(82)	50		
Total de investimentos..							374.835	421.773	(19.345)	(5.570)		

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores.

...continuação



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Investimentos por incentivos fiscais	12.216	12.216
Outros investimentos	553	553
Subtotal	12.769	12.769
Provisão para perdas	(9.612)	(9.612)
Total	3.157	3.157

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Em 30 de junho - R\$ mil	
				2016	2015
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	8.524	(2.701)	5.823	2.618
Sistemas de segurança e comunicações	10%	830	(649)	181	178
Sistemas de processamento de dados	20%	7.044	(3.700)	3.344	3.878
Total em 2016		16.398	(7.050)	9.348	
Total em 2015		13.511	(6.837)		6.674

13) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por *software* e respectivos gastos com desenvolvimento. Em 30 de junho de 2016 apresentava o valor do custo líquido de amortização de R\$ 31.074 mil (2015 - R\$ 30.719 mil).

14) DEPÓSITOS

a) Depósitos

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Depósitos interfinanceiros	1.419.618	10.356.299	6.462.830	19.263.393	37.502.140	39.656.071
Depósitos à vista	56	-	-	-	56	55
Total em 2016	1.419.674	10.356.299	6.462.830	19.263.393	37.502.196	
%	3,8	27,6	17,2	51,4	100,0	
Total em 2015	1.751.518	11.670.324	7.070.066	19.164.218		39.656.126
%	4,4	29,4	17,8	48,4		100,0

b) Despesas de captação

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Depósitos interfinanceiros	2.337.696	2.211.815
Total	2.337.696	2.211.815

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

- PIS e COFINS - R\$ 378.156 mil (2015 - R\$ 345.125 mil): pleiteia calcular e recolher o PIS e a COFINS sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento; e
- IRPJ/CSLL - Perdas de Crédito - R\$ 203.473 mil (2015 - R\$ 285.659 mil): Pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

IV - Movimentação das provisões

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo no início do 1º semestre de 2016	37.886	125.363	670.766
Atualização monetária	2.274	7.679	28.800
Constituições líquidas de reversões	(2.559)	101.037	(1.206)
Pagamentos	(3.579)	(99.866)	-
Saldo no final do 1º semestre de 2016 (Nota 16)	34.022	134.213	698.360
Saldo no final do 1º semestre de 2015 (Nota 16)	34.023	109.675	721.192

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Bradesco Financiamentos são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com essa classificação é: Autuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 374.294 mil (2015 - R\$ 336.442 mil).

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Provisões fiscais (Nota 15b IV)	698.360	721.192
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 26c)	415.125	358.132
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	263.656	309.397
Impostos e contribuições a recolher	46.579	89.782
Total	1.423.720	1.478.503

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Credores por antecipação de valor residual (Nota 8h)	261.154	469.662
Credores diversos	602.722	781.633

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Contribuição à COFINS	85.798
Contribuição ao PIS	13.942
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.322
Outras	3.699
Total	104.761

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Atualizações monetárias ativas	149.942
Recuperação de encargos e despesas	25.873
Reversão de provisões operacionais	9.646
Reversão de provisões fiscais	1.206
Outras	28.103
Total	214.770

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Comissões e serviços de intermediação de crédito	445.065
Provisão para perdas com prestamistas	155.059
Provisões cíveis	108.716
Atualização monetárias passivas	30.785
Busca e apreensão de veículos	44.609
Perdas por fraudes em operações de consignado	19.164
Outras	82.487
Total	885.885

24) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Resultado na alienação de valores e bens	(6.441)	1.620
Constituição de provisão para desvalorização de outros valores e bens	(39.416)	(54.998)
Outras despesas não operacionais	-	(28)
Total	(45.857)	(53.406)

25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.) e empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Ativos (passivos) 2016	Ativos (passivos) 2015	Receitas (despesas) 2016	Receitas (despesas) 2015
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	12.041.716	10.511.254	728.597	1.045.999
Captações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	(33.613.500)	(35.487.264)	(2.092.830)	(1.977.809)
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	(3.888.640)	(4.168.807)	(244.866)	(234.006)
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	178.031	262.736	16.010	12.717
Juros sobre o capital próprio/Dividendos:				
Banco Bradesco S.A.	(65.590)	(272.000)	-	-
Tibre DTVM Ltda.	17	15	-	-
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	8	8	-	-
BMC Asset Management DTVM Ltda.	3	3	-	-
Serviços terceiros:				
BF Promotora de Vendas Ltda.	-	-	(14.191)	(21.149)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e alguns de seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

Para 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 2.800 mil (2015 - R\$ 3.600 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 2.800 mil (2015 - R\$ 3.600 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	608	846
Contribuição ao INSS	136	190
Total	744	1.036

Benefícios pós-emprego

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Planos de previdência complementar de contribuição definida	430	1.738
Total	430	1.738

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;
- Desta forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	557.853	954.816
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(251.034)	(381.926)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	(8.705)	(2.228)
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(432)	(4.383)
Juros sobre o capital próprio pagos	-	87.600
Outros valores	(9.254)	1.845
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(269.425)	(299.092)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social, e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

b) Demonstração do cálculo do resultado do imposto de renda e contribuição social

Credores por antecipação de valor residual (Nota 8h).....	261.154	469.662
Credores diversos.....	602.722	781.633
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 15b IV).....	168.235	143.698
Provisão para pagamentos a efetuar.....	55.988	60.897
Total	1.088.099	1.455.890

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 7.010.000 mil (2015 - R\$ 7.010.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 24.730.834.643 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.3.2015 aprovou a redução do Capital Social no montante de R\$ 15.000.000 mil, sem cancelamento de ações, a fim de ajustar o valor de capital próprio da Instituição, que se mostrava excessivo às suas efetivas necessidades.

b) Reserva de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Reservas de lucros	2.926.189	2.878.155
- Reserva legal (1).....	658.686	606.147
- Reserva estatutária (2).....	2.267.503	2.272.008

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos semestres findos em 30 de junho está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2016	2015
Lucro líquido.....	288.428	655.724
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(14.421)	(32.786)
Base de cálculo	274.007	622.938
Dividendos.....	2.740	-
Juros sobre o capital próprio (1).....	-	219.000
Imposto de renda retido na fonte.....	-	(32.850)
Valor líquido a pagar	-	186.150
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1%	29,9%
Valor em Reais por lote de mil ações	0,11	7,53

(1) Em Reunião da Diretoria realizada em 27 de fevereiro de 2015 foi deliberado o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio de R\$ 219.000 mil efetuado em 4 de março de 2015.

18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Tarifa de cadastro.....	52.097	60.296
Taxa de avaliação/substituição de bem.....	29.761	28.567
Outras.....	118	555
Total	81.976	89.418

19) DESPESAS DE PESSOAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos.....	66.455	70.132
Benefícios.....	28.298	29.554
Encargos sociais.....	23.228	26.281
Participação dos empregados nos lucros.....	12.656	13.256
Provisões trabalhistas.....	-	7.275
Treinamento.....	596	1.438
Total	131.233	147.936

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Serviços de terceiros.....	131.465	155.691
Processamento de dados.....	57.649	53.253
Custas de processo de cobrança.....	25.263	5.922
Serviços do sistema financeiro.....	9.142	8.933
Comunicações.....	8.459	9.264
Depreciações e amortizações.....	8.448	9.309
Emolumentos judiciais.....	6.551	16.631
Transportes.....	6.400	6.848
Propaganda, promoções e publicidade.....	4.056	2.773
Viagens.....	2.655	4.077
Aluguéis.....	1.737	1.564
Manutenção e conservação de bens.....	921	1.232
Outras.....	12.688	10.673
Total	275.434	286.170

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

(1) Análises vigentes: (i) de 20% para o imposto de renda, (ii) de 10% para a contribuição social, e de 20%, de setembro de 2013 até dezembro de 2010, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(445.721)	(474.071)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias.....	176.296	174.979
Total dos impostos diferidos	176.296	174.979
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(269.425)	(299.092)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2015	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	1.620.807	142.761	277	1.763.291
Provisões cíveis.....	52.295	49.932	45.949	56.278
Provisões fiscais.....	194.466	13.335	543	207.258
Provisões trabalhistas.....	16.558	-	1.738	14.820
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	56.621	17.737	20.567	53.791
Provisão para perda de títulos e investimento.....	4.207	-	-	4.207
Ágio amortizado.....	1.099	-	-	1.099
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação.....	56	43	2	97
Outros.....	211.687	76.327	54.763	233.251
Total dos créditos tributários (Nota 9b)	2.157.796	300.135	123.839	2.334.092
Obrigações fiscais diferidas (Nota 16a)	390.251	44.714	19.840	415.125
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	1.767.545	255.421	103.999	1.918.967

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2016 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2016.....	226.033	171.676	397.709
2017.....	322.554	246.472	569.026
2018.....	333.162	249.363	582.525
2019.....	233.135	177.246	410.381
2020.....	205.334	154.840	360.174
2021.....	8.923	5.354	14.277
Total	1.329.141	1.004.951	2.334.092

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 2.193.320 mil (2015 - R\$ 1.977.282 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da Instituição foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 415.125 mil (2015 - R\$ 358.132 mil) relativas a: Superveniência de depreciação R\$ 65.172 mil (2015 - R\$ 119.560 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 349.953 mil (2015 - R\$ 238.572 mil).

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avals e Fianças prestados a clientes totalizam R\$ 2.549 mil (2015 - R\$ 2.397 mil), os quais estão sujeitos a encargos financeiros e a prestação de contra garantias pelos beneficiários.

b) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil.

c) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2016.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

Osasco, 22 de agosto de 2016

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP